



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681379 - SP (2021/0226959-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ
ADVOGADOS : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP384031
BRUNA COUTO FERREIRA - SP448207
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS HENRIQUE CANDIDO DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : TIAGO GONZAGA BARBOSA
CORRÉU : MARCOS ALBERTO DE SOUZA
CORRÉU : LEANDRO ALVES LEITE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de Douglas Henrique Candido de Oliveira em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Habeas Corpus Criminal nº 2132851-37.2021.8.26.0000).

De pronto, incumbe notar que se cuida de HC substitutivo de Recurso Ordinário e que *Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício* (AgRg no HC n. 570.459/RN, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 26/4/2021).

O paciente está sendo acusado da prática dos crimes de roubo qualificado, associação criminosa e corrupção de menores.

O impetrante sustenta, em suma, que a exordial é inepta, tendo em vista que falha em descrever os fatos, revelando-se genérica.

Requer, liminarmente, o trancamento da ação penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar o teor do *decisum* proferido *in limine*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Dessume-se da leitura dos autos que a exordial acusatória, *a prima facie*, enquadra e bem delineia a conduta objeto da *persecutio*, trazendo uma série de detalhes minudentes que dão conta da ação criminosa em sua inteireza.

Considerando o caráter substitutivo do *mandamus* e a inocorrência de flagrante ilegalidade, pois, a impetração não deve ser conhecida.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

vgd